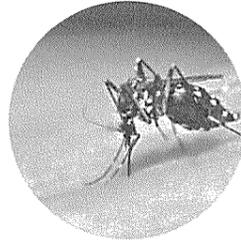


# SOCIEDADE



## SERVIÇOS DE SAÚDE DESCARTAM POSSIBILIDADE DE FEBRE AMARELA

Deram negativo, os resultados das análises laboratoriais conduzidas a uma turista angolana que entrou no território na terça-feira da semana passada. A mulher, de 26 anos, era suspeita de ter contraído febre amarela e encontrava-se sob vigilância, depois de ter entrado no território proveniente de Hong Kong. A garantia de que a mulher não padece de febre-amarela foi dada no fim-de-semana pela Direcção de Serviços de Saúde, em comunicado.

## Portugal empossa novos conselheiros das comunidades

### EMIGRAÇÃO

José Pereira Coutinho, Rita Santos e Armando de Jesus partiram ontem para Lisboa com o propósito de serem empossados no cargo de conselheiros das comunidades portuguesas. Entre amanhã e 28 de Abril decorre na Assembleia da República a primeira sessão plenária do Conselho das Comunidades Portuguesas no âmbito da nova legislatura e durante os três dias haverá lugar à tomada de posse dos membros do CCP eleitos no escrutínio de 6 de Setembro de 2015, que irão, em simultâneo, eleger as estruturas que integram o mesmo Conselho. A sessão é presidida pelo secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luís Carneiro, que acompanhará os trabalhos da mesma. Augusto Santos Silva, ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) do Executivo de Lisboa, preside à sessão de abertura, que decorre amanhã, na Sala do Senado do Palácio de São Bento. Para além de participarem nos trabalhos do Conselho, Pereira Coutinho, Rita Santos e Armando de Jesus vão manter encontros com as autoridades portuguesas. Nos encontros que vão manter em Lisboa, os três conselheiros pretendem "discutir assuntos relacionados com as comunidades portuguesas residentes em Macau, alguns casos das pensões de sobrevivência que ainda não receberam da CGA [Caixa Geral de Aposentações], bem como a possibilidade de alargar o prazo de validade dos passaportes de cinco para 10 anos", esclarecem os conselheiros em comunicado, onde acrescentam que o regresso à RAEM está agendado para 5 de Maio. Em nota emitida pelo gabinete do MNE esclarece-se que "o Conselho das Comunidades Portuguesas é o órgão consultivo do Governo para as políticas relativas às comunidades portuguesas no estrangeiro. Compete-lhe, em geral, emitir pareceres, produzir informações e formular propostas e recomendações sobre as matérias que respeitem aos portugueses residentes no estrangeiro e ao desenvolvimento da presença portuguesa no mundo". Cabe ao mesmo Conselho reunir em Portugal, uma vez convocado, com uma antecedência mínima de 60 dias, pelo membro do Governo responsável pelas áreas da emigração e das comunidades portuguesas. O que acontece, ordinariamente, uma vez por mandato, e, extraordinariamente, "quando motivos especialmente relevantes o justificarem", pode ler-se no mesmo comunicado. Amanhã, primeiro dia da sessão plenária, os trabalhos incluem um painel, com início às 14h30, sobre a "Participação Política/Cívica e Associativismo", que tem como oradores o secretário de Estado José Luís Carneiro e Marina Costa Lobo, investigadora principal do Instituto de Ciências Sociais. **S.G.**

## Da urgência de rever o diploma que regula as aquisições públicas

Depois de divulgado o relatório anual do Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) relativa a 2015, a Associação Energia Cívica de Macau organizou ontem uma mesa-redonda para debater as conclusões do documento. A prioridade passa por rever o regime de aquisições públicas de bens e serviços e impôr consequências a quem falha no exercício de funções públicas, assinala Agnes Lam, que preside ao colectivo.

SÍLVIA GONÇALVES  
SILVIAGONCALVES.PONTOFINAL@GMAIL.COM

É para a revisão do regime de aquisições públicas que estão voltadas as atenções da Associação Energia Cívica de Macau, que ontem promoveu uma mesa-redonda para analisar o relatório anual do Comissariado Contra a Corrupção (CCAC), recentemente divulgado. A iniciativa contou com a presença do deputado Ng Kuok Cheong.

A presidente da associação, Agnes Lam, aponta a falta de actualidade da lei que regula as aquisições de bens e serviços por parte de organismos públicos, acusando a falta de clareza de muitas das suas alíneas, nomeadamente no âmbito dos concursos públicos. A docente defende ainda um "sistema de prestação de contas", sempre que um erro seja cometido por quem cumpre funções públicas.

"O nosso foco principal é perguntar o que pode a sociedade, o Governo fazer depois de lermos o relatório do CCAC. E uma coisa que acreditamos que pode ser feita é a revisão do regime de aquisições públicas, porque parece haver muitos problemas aí", disse a docente da Universidade de Macau,



à margem da mesa-redonda que ontem decorreu nas instalações da Associação dos Estudantes Cristãos de Macau. Agnes Lam apontou um caminho: "Podemos simplificá-la e ao mesmo tempo ajustar um pouco o montante requerido para concursos públicos. A lei foi implementada nos anos oitenta, não está actualizada. O mais importante é que achamos que eles deviam rever o regime de aquisições. Há muitas instruções lá que não são claras hoje, deviam ter instruções mais claras, para veicular mais o que as pessoas pedem. Devíamos olhar para a lei de aquisições e ver o que está a acontecer".

De entre o que está a acontecer, Lam ressalta: "Há muitos casos de arrendamento com empresas do sector privado. A lei que temos agora não encoraja as pessoas a denunciar à polícia, ao Governo ou ao CCAC para desencadear um processo, se houver algum problema. Há detalhes para que temos que olhar para ver como podemos melhorar", exemplificou. A activista defende ainda o apuramento de responsabilidades para quem falha no exercício de funções públicas. "Achamos que se deve olhar para casos do Governo em que eles fizeram algo errado, devíamos começar a falar do tipo de sistema legal para

contratar funcionários. Quando eles designam alguém, devia ser segundo um sistema de prestação de contas. Quando alguém faz algo mal, se é um erro político devia ter consequências. Se é um erro legal, o sistema legal devia lidar com isso. Se é um erro administrativo, devia ter algum tipo de consequências". A docente concretiza com exemplos de sanções aplicáveis: "Pode ser muito leve, apenas um aviso escrito ou a perda de um dia de salário, mas devia haver alguma medida se alguém conscientemente faz algo errado, se tomou decisões erradas. Isto é algo a que devíamos olhar. Há vários sistemas, políticas que devíamos rever e melhorar para aplicar neste tipo de casos", defende.

Agnes Lam insiste na revisão do regime de aquisições públicas – de resto já em curso na secretaria para a Economia e Finanças, e que vai introduzir alterações à norma sobre os valores de aquisição de serviços – e introduz um exemplo enquadrado no âmbito das indústrias culturais: "A lei de aquisições é um grande problema, agora. Foi implementada em 1986 e mesmo então já estava desactualizada, os números já estavam desactualizados. Em 1986 não tínhamos uma indústria cultural, design, nada. Agora têm, mas continuam a permitir que se contrate o design e a produção separadamente. A que é que isso conduz? Eu posso contratar o melhor designer para desenhar alguma coisa e depois dou a outra pessoa para fazer a produção, é mais barato. Mas ao mesmo tempo estão a liquidar os direitos de autor das pessoas, e isso não é justo. Não é corrupção, mas não estão a respeitar os direitos de autor das pessoas e a propriedade intelectual. Este é também um dos problemas que temos hoje", conclui a docente.

## DUBLIN ACOLHE MANIFESTAÇÃO CONTRA EXPORTAÇÃO DE GALGOS PARA MACAU

A contestação à vinda de galgos irlandeses para o território está a aumentar e deve dar azo a uma manifestação na capital irlandesa no final da próxima semana. O protesto, agendado para 4 de Maio, é organizado pelo Conselho Irlandês Contra os Desportos de Sangue. Numa mensagem colocada a circular nas redes sociais, o organismo solicita a todos quantos se queiram associar ao protesto que se concentrem junto à sede do Departamento de Agricultura, em Dublin. O protesto tem por objectivo fazer com que as autoridades irlandesas assegurem o cumprimento da lei e garantam que não haverá mais galgos com origem na



Irlanda a desembarcar em Macau com o propósito de competir no Canidromo. O Departamento de Agricultura irlandês vetou a exportação de galgos de competição para território chinês em 2011, justificando a decisão com as preocupações suscitadas pelo bem estar dos animais. O Conselho Irlandês Contra os Desportos de Sangue acusa as

autoridades de Dublin de estarem a fazer vista grossa à exportação de animais para Macau e exige explicações ao Ministro da Agricultura irlandês, Simon Coveney, depois de um responsável governamental ter dito que a proibição já não estava em vigor.